

transformação. Sob as formas ditatoriais, entretanto, o processo avança, com sacrifícios distribuídos às classes menos favorecidas, naturalmente, fazendo destruições e, inclusive, dispersando perdulariamente recursos. A forma mais ostensiva de transferência da renda e da espoliação é aquela que se processa através da inflação, e sua cronicidade é interrompida por irrupção crescente e ritmo tanto mais acelerado quanto a pressão externa e latifundiária aumenta.<sup>78</sup>

A partir da Revolução de 1930, é possível distinguir três fases, no desenvolvimento da economia brasileira: a primeira, entre 1930 e 1935, assinala as transformações decorrentes do amadurecimento de novas condições, do crescimento da acumulação, do desenvolvimento das relações capitalistas, coincidindo com a ampliação das liberdades democráticas, o calor das divergências ideológicas, encerrando com a instauração da ditadura do Estado Novo, ao influxo do avanço nazista no mundo e correspondendo, internamente, às possibilidades de deter as transformações nos limites convenientes ao surto capitalista; a segunda, entre 1935 e 1945, sob regime de ditadura e, depois, com a derrota do nazismo na Europa, com novo entreato de liberdades democráticas vigentes, podadas, no encerramento, por golpes de Estado que, sob as condições da chamada "guerra fria", limita as transformações, agora em novo nível, pela submissão ao imperialismo, mas é a fase de montagem, pela intervenção estatal, da infra-

<sup>78</sup> "A inflação se converte em arma ideológica: há que convencer aos assalariados que todo aumento de salários é, sem a menor dúvida, a fonte que alimenta a alta dos preços. (...) ...é evidente que todo aumento de salários se reduz a mero deslocamento da linha divisória do produto social entre trabalhadores e empresários, sem alteração da massa total a repartir. Desse deslocamento não pode resultar fenômeno monetário algum, já que se distribui sempre a mesma soma global dos direitos monetários nascidos no mercado pela troca dos produtos a seus preços. (...) Se uma alta dos preços se segue a um aumento dos salários é, evidentemente, porque as empresas não aceitam essa nova repartição e, pela alta dos preços, mantêm e até incrementam suas margens de lucros e, portanto, seus ingressos reais. E é esta elevação dos preços que é inflacionária, e não o aumento dos salários, que foi um pretexto. Com maior precisão ainda, como consequência dessa elevação dos preços, surge um desequilíbrio entre a massa dos ingressos monetários e o valor do produto social, e a depreciação monetária compensa a transferência que o aumento de salários devia constituir. A inflação não foi consequência de uma das elevações ou das elevações paralelas das duas classes de ingressos: foi o próprio instrumento da elevação dos lucros. Para alcançar isto, eram necessárias duas condições que encontramos reunidas em nossa época: uma estrutura monopolista da economia e a possibilidade de extensão ilimitada da massa monetária reforçada pelos giros de financiamento a que já nos referimos. (...) Nas estruturas monopolistas contemporâneas e nas condições de elasticidade da massa monetária, a transferência compensatória fica evitada e os lucros se incrementam pelo menos paralelamente. Esta elevação dos lucros é obtida pela inflação e provoca a degradação da moeda. (...) Além disso, este modelo pode servir para opor à classe operária as outras camadas da população, que sofrem a inflação, atribuindo a causa desta ao aumento de salários. Apresenta, por fim, a vantagem, não desprezível para a classe patronal, de apelar para medidas antiinflacionárias distintas da restrição do crédito e de seu encarecimento e que em essência constituem em frear o aumento dos salários". (Roberto Pirolli: "A inflação na época do capitalismo monopolista de Estado", in *Problemas de Economia*, ano VI, nº 4, Buenos Aires, 1967, p. 112/113).